

LINGUAGENS COMUNS

Economia solidária na cidade viva

Renan Costa Valle Scarano¹

Resumo

O presente texto sugere uma aproximação entre a noção de Economia Solidária e a ideia de uma antropologia da cidade, abordada pelo antropólogo francês Michel Agier. No texto “Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos” (2011), Agier (2011) sugere que a cidade é uma construção heterogênea que se faz através das práticas interativas de seus cidadãos. Já a Economia Solidária é vista como um espaço onde atuam as cooperativas e empreendimentos solidários, forma alternativa de trabalho, onde há espaço para trocas, para relações solidárias e autogestionárias. Como uma maneira de verificar como que uma cooperativa de Economia Solidária funciona na prática, realizou-se um estudo de campo com uma cooperativa na cidade de Pelotas. A metodologia utilizada para este estudo foi bibliográfica e escolheu-se como estudo de caso realizar entrevistas com pessoas da cooperativa Teia Ecológica. Acredita-se que a ideia da Economia Solidária comunga com a ideia de cidade desenvolvida por Agier. Palavras-chave: economia solidária, cidade, Pelotas.

Abstract

The present text suggests an approximation between the notion of Solidary Economy and the idea of an anthropology of the city, approached by the French anthropologist Michel Agier. In the text “Anthropology of the city: places, situations, movements” (2011), Agier (2011) suggests that the city is a heterogeneous construction that is done through the interactive practices of its citizens. The Solidarity Economy is seen as a space where cooperatives and solidarity undertakings operate, an alternative form of work, where there is room for exchanges, for solidarity and self-management relations. As a way to verify how a Cooperative of Solidarity Economy works in practice, a field study was conducted with a cooperative in the city of Pelotas. The methodology used for this study was bibliographical and it was chosen as case study to conduct interviews with people of the cooperative Teia Ecológica. It is believed that the idea of Solidarity Economy shares the idea of a city developed by Agier.

Keywords: solidarity economy, city, Pelotas.

Introdução

O presente texto propõe uma conexão entre a ideia de uma antropologia da cidade, tal como é apresentada no texto de Michel Agier intitulado: “Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos” (2011) e a ideia de Economia Solidária, entendida enquanto movimento que busca ocupar espaços na cidade para propagar seus trabalhos e atividades baseados em princípios solidário, cooperativos e autogestionários. Para tal, aborda-se algumas ideias trabalhadas pelo antropólogo francês, em que o autor sugere uma perspectiva da cidade enquanto organismo vivo. Nessa condição, a cidade é construída a partir das práticas, das relações e dos conhecimentos que são produzidos por seus cidadãos. Agier (2011) menciona que há uma cidade que emerge das margens urbanas, dos lugares precários, de acampamentos provisórios. Verifica-se que nesses espaços, são construídos também novos significados sobre os aspectos econômicos, cultural e político, podendo assim, aproximar as práticas de Economia Solidária da ideia de cidade trabalhada pelo antropólogo francês. Propõe-se então, uma relação entre Economia Solidária e a ideia de cidade viva, a partir do horizonte social que parece emergir delas, no que tange as relações sociais entre os indivíduos, entre as práticas realizadas, vistas numa perspectiva emancipatória e equitativa.

Enquanto movimento social, político e econômico, a Economia Solidária procura oferecer uma forma alternativa de desenvolvimento econômico, reunindo uma série de cooperativas e empreendimentos que se contrapõe ao modelo dominante de modo de produção capitalista, caracterizado pela concorrência e pela exploração como *modus operandi*. Um dos pontos centrais do debate em torno da questão do trabalho é o aspecto da exploração². Diante disso, a Economia Solidária busca criar relações em que não haja exploração do trabalhador, mas relações de cooperação e de solidariedade. Tal movimento parte da perspectiva de que o trabalho deve estar centrado na figura humana e não no lucro ou no capital. Pois a Economia Solidária, visa construir relações,

2 O filósofo Karl Marx (1818-1883) desenvolveu em sua obra “Manuscritos econômico-filosóficos” (1844), a teoria do Trabalho Estranhado. Nela, o autor defende que no modo de produção capitalista, o trabalho e o trabalhador, são transformados em objetos. “O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral” (MARX, 2004, p.80). Nesse sentido argumenta Marx, “o objeto (*Gegenstand*) que o trabalho produz, o seu produto, se lhe afronta como um ser estranho, como um poder independente do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisa (sachlich), é a objetivização (*Vergegenständlichung*) do trabalho. A efetivação (*Verwirklichung*) do trabalho é a sua objetivização. Esta objetivização do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como desefetivação (*Entwirklichung*) do trabalhador, a objetivização como perda do objeto e servidão ao objeto, a apropriação como estranhamento (*Entfremdung*), como alienação (*Entausserung*) (MARX, 2004, p.80). Contudo, o estranhamento do trabalhador não se dá somente em relação ao objeto que ele produz, que é tomado mercadoria, mas no próprio processo de produção. “Em que consiste, então, a exteriorização (*Entausserung*) do trabalho? Primeiro, que o trabalho é externo (*ausserlich*) ao trabalhado, isto é, não pertence ao seu ser, que ele não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz, que não se desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua *physis* e arruína o seu espírito. O trabalhador só se sente por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha não está em casa. O seu trabalho não é portanto voluntário, mas forçado, trabalho obrigatório. O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele (...). Finalmente, a externalidade (*Ausserlichkeit*) do trabalho aparece para o trabalhador como se [o trabalho] não fosse seu próprio, mas de um outro, como se [o trabalho] não lhe pertencesse, como se ele no trabalho não pertencesse a si mesmo, mas a um outro (MARX, 2004, p.82-83). A partir desses dois pontos de estranhamento do trabalho, Marx conclui que o homem é estranho ao produto do seu trabalho, é estranho à atividade produtiva, em outras palavras, o homem não se apropria do resultado de seu trabalho, não o vê como parte de si, mas como algo externo a ele. Além do mais, o estranhamento se dá também, na relação entre trabalhador e o dono dos meios de produção: “Se o produto do trabalho me é estranho, [se ele] defronta-se comigo como poder estranho, a quem pertence então? Se minha própria atividade não me pertence, é uma atividade estranha, forçada, a quem pertence então? A outro ser que não eu. Quem é este ser?” (MARX, 2004, p.86); “A relação do trabalhador com o trabalho engendra a relação do capitalista (ou como se queira nomear o senhor do trabalho) com o trabalho” (MARX, 2004, p.87).

¹ Mestre em Política Social pela Universidade Católica de Pelotas (2015); Bacharel em Filosofia pela Universidade Católica de Pelotas (2011).

em seus grupos, a partir de valores como a cooperação, a autogestão e a solidariedade, visando a construção de uma sociedade justa e igualitária.

Num primeiro momento, apresenta-se a ideia do antropólogo francês Michel Agier de uma antropologia da cidade. Num segundo momento, apresenta-se algumas ideias sobre Economia Solidária, comenta-se sobre sua origem e o horizonte de sociedade que tal movimento busca. Visando compreender o funcionamento de uma cooperativa na prática, realizaram-se algumas entrevistas com pessoas que trabalham na cooperativa Teia Ecológica na cidade de Pelotas. A metodologia de estudo para este artigo baseou-se numa pesquisa bibliográfica e numa pesquisa de campo. O estudo de caso foi realizado na cooperativa Teia Ecológica, onde buscou-se compreender as experiências que acontecem na prática. Para isso, foram realizadas algumas entrevistas com cooperados a fim de compreender como que funciona a cooperativa em seu cotidiano.

Por uma antropologia da cidade: a cidade vista pelo cidadão

No Brasil, o processo de urbanização, deu-se praticamente no século XX. Maricato (2003), defende a ideia de que as cidades brasileiras não superaram características dos períodos colonial e imperial, “marcados pela concentração de terra, renda e poder, pelo exercício do coronelismo ou política do favor e ela aplicação arbitrária da lei” (MARICATO, 2003, p.151). Embora, esperava-se que, com a formação das cidades brasileiras, fosse uma forma de avançar e superar o Brasil arcaico, a modernização das cidades não transformou o cenário das desigualdades.

A emergência da mão-de-obra livre, em 1888, contribui para definir o início de um processo, no qual urbanização e industrialização caminhariam juntas sob o lema positivista da ordem e do progresso. O rumo tomado parecia representar um caminho certo para a independência de séculos de dominação das elites oligárquicas ligadas à exportação de produtos primários (MARICATO, 2003, p. 151-152).

Além do mais, as mudanças políticas dos anos 30, que buscaram concretizar o pleno emprego, a assistência social providenciada pelo Estado, o lazer e novas oportunidades para os filhos, reforçaram o movimento migratório campo – cidade, de acordo com Maricato (2002, p.152).

Porém, nas décadas que sucederam esse período, mostram que a prosperidade e o progresso não atingiram a população como um todo. Ao contrário disso, houve uma concentração da pobreza nas favelas, a partir dos anos 80, época onde “as periferias crescem mais do que os núcleos ou municípios centrais nas metrópoles, tem sua expansão mais concreta na segregação espacial ou ambiental configurando imensas regiões nas quais a pobreza é homoganeamente disseminada (MARICATO, 2003, p.152).

Diante disso, a imagem da cidade passa a ser associada a altas densidades de ocupação do solo, o crescimento urbano se faz sem projetos e desrespeitando, quando não, prejudicando o meio ambiente, também aparece a exclusão social e racial. “No século XX, algumas décadas depois, a imagem das cidades brasileiras parece estar associada à violência, poluição das águas e do ar, criança desamparada, tráfego caótico, enchentes, entre outros inúmeros males” (MARICATO, 2003, p.152). Diante dessa imagem de cidade excludente por um lado e, concentradora de riqueza por outro, que é apontada por Maricato, contrapõem-se a ideia de cidade viva sugerida por

Michel Agier.

Agier fala de uma cidade criada nas margens, seja do ponto de vista cultural ou socioeconômico. Em sua obra intitulada “Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos” (2011), o etnólogo e antropólogo francês Michel Agier, aborda em sua concepção de cidade, um espaço construído a partir de uma perspectiva heterogênea, formada através das relações entre as diversas pessoas, culturas e etnias. Portanto, a partir dessa noção, o antropólogo se afasta da imagem de cidade baseada numa “definição externa, urbanística, estatística ou administrativa da cidade” (AGIER, 2011, p.36), e afasta-se também da compreensão das relações humanas baseadas numa identidade cultural fixa.

Michel Agier é um antropólogo preocupado com as questões urbanas, nessa perspectiva, realizou pesquisas etnográficas nas cidades africanas de Lomé, no Togo e Douala no Camarões. Além de realizar entre os anos 1990 e 1996 no Brasil uma pesquisa etnográfica na cidade de Salvador, na Bahia. Nos anos que prosseguiram 1997, o autor também viajou até Colômbia, nas localidades de Cali e Tumaco onde realizou uma pesquisa etnográfica acerca dos deslocamentos forçados de populações conseqüentes da violência social. Enquanto antropólogo, Agier apresenta seu ponto de vista sobre a cidade a partir do estudo etnográfico das transformações e desenvolvimentos que ocorrem na cidade. Essas transformações são observadas nas práticas, relações e representações que circulam pelos cidadãos que fazem a cidade. Nesse sentido, o autor sugere que as cidades sejam pensadas como “lugares estratégicos para pensar a cultura em termos de uma organização da diversidade” (AGIER, 2011, p.33). Portanto, a cidade, passa a ser compreendida como um espaço de encontro, uma realidade que se faz através de experiências que os cidadãos fazem dela, dos lugares, do cotidiano e das situações concretas enfrentadas por quem vive na cidade.

“Todos a procura de conexões e de associações que procuram existir contra o vazio de sentido e de relações que espreitam, como uma ameaça, qualquer habitante das cidades” (AGIER, 2011, p.174). Quando o etnólogo fala em cidade, deve-se ter em mente a cidade enquanto processo, a cidade vivida (AGIER, 2011, p.38). Percebe-se então que o pensador desloca a questão sobre o que é a cidade, enquanto objeto para o cidadão que experencia e sente a cidade. Essa abordagem é realizada pelo antropólogo a partir de duas operações: Uma de ordem epistemológica, que “desloca o ponto de vista da cidade para os cidadãos” (AGIER, 2011, p.38); outra, que desloca “a própria problemática do objeto para o sujeito, da questão sobre o que é a cidade (...) para a pergunta o que faz a cidade” (AGIER, 2011, p.38). A partir de então sustenta Agier,

o próprio ser da cidade surge, então, não como um dado mas como um *processus*, humano e vivo, cuja complexidade é a própria matéria da observação, das interpretações e das práticas de “fazer cidade” (AGIER, 2011, p.38-39).

Dentro dessa perspectiva, o autor explica que foi conduzido a realizar pesquisas na África e América Latina onde dedicou-se a “explorar diferentes facetas de uma mesma questão central: a fundação da cidade a partir das margens urbanas – bairros populares ou invasões, acampamentos provisórios de refugiados, deslocados e migrantes” (AGIER, 2011, p.39-40). Há uma preocupação com a cidade que surge na precariedade, nos espaços urbanos que muitas vezes são vistos como aquilo que está a margem, afastado do centro urbano.

A privação desses povoamentos humanos e os processos relacionais, culturais e políticos que os percorrem formaram progressivamente a ideia que guia esta antropologia da cidade, delineada aqui de um modo geral em torno das múltiplas maneiras de “fazer cidade” (AGIER, 2011, p.41).

A economia global hegemônica e o poder político agem em escala mundial. Muitas vezes essa atividade gera a exclusão de certas populações. Porém, isso não impede que se forme grupos e maneiras de resistência. Esses grupos humanos são movidos a uma extraterritorialidade, “campos, centros de trânsito ou guetos, nos quais as sociabilidades e solidariedades se recriam por vezes, apesar da ausência de uma memória desses espaços” (AGIER, 2011, p.172). É nesses locais que eles criam formas de habitar que levam em conta as diferenças, onde se ocupam espaços entre o vazio e o cheio da cidade, onde se cria formas de iniciativa social, onde se fazem desvios de sentido.

Criações artísticas ou ações políticas podem, de maneira efêmera, pôr em relação indivíduos diferentes – e não apenas os anônimos da multidão. Todos à procura de conexões e de associações que procuram existir contra o vazio de sentido e de relações que espreitam, como uma ameaça, qualquer habitante das cidades (AGIER, 2011, p.174).

Deslocando seu olhar, do objeto – cidade, para o sujeito – o cidadão, o antropólogo aposta em uma cidade viva e em processo de construção e transformação. Nesse sentido, tendo-se em mente uma cidade que se constrói a partir de seus cidadãos, poderia ser questionado: Como que os cidadãos experienciam essa cidade? Como encontrar espaços para que essa imagem de cidade seja construída? Ou, já direcionando essas questões para o tema da economia solidária: que espaço para as diversas formas de economia e de organização do trabalho a cidade oferece? Que capacidades e limites estes agentes encontram para expressar, comercializar e difundir suas atividades? A cidade abre espaços para formas alternativas, não convencionais do trabalho ou fecha portas, elitizando espaços públicos?

A partir dessa ideia levantada e dessas indagações sugere-se que a Economia Solidária é capaz de dialogar com uma perspectiva de cidade que contemple o encontro, a criação a partir da diversidade e das diferenças. Enquanto movimento que se organiza em torno do trabalho baseado na solidariedade, na autogestão e na cooperação, as cooperativas buscam encontrar novos espaços onde esse modo de trabalho seja fortalecido. Construir espaços onde as cooperativas e os empreendimentos possam “promover a economia solidária tanto para dar renda a quem precisa como para difundir no país (ou no mundo) um modo democrático e igualitário de organizar atividades econômicas” (SINGER, 2002, p.16) ainda é um desafio. Tais princípios são conflitantes com as forças do mercado, as quais por sua vez primam pelo lucro, acarretando a precarização do trabalho.

Diante de um cenário em que é moldado pela economia de mercado, o trabalho precário, as reformas neoliberais que deixam populações à margem da proteção social, ainda valem as palavras de Milton Santos (2010) sobre a globalização econômica enquanto fator excludente:

Num mundo globalizado, regiões e cidades são chamadas a competir e, diante das regras atuais da produção e dos imperativos atuais do consumo, a competitividade se torna também uma regra da convivência entre as pessoas. A necessidade de competir é,

aliás, legitimada por uma ideologia largamente aceita e difundida, na medida em que a desobediência às suas regras implica perder posições e, até mesmo, desaparecer do cenário econômico. Criam-se, desse modo, novos ‘valores’ em todos os planos, uma nova ‘ética’ perversa e operacional em face dos mecanismos da globalização (SANTOS, 2010, p.57).

Mas, mesmo diante de vários fatores de exclusão existem também pontos de resistência e de criação de novas formas de sociabilidade e de trabalho. Nesse sentido, acredita-se que a concepção de cidade defendida pelo antropólogo Michel Agier pode ser pensada, também, como um espaço criado pela diversidade humana e pela heterogeneidade que dá forma às cidades.

Ao analisar a problemática da exclusão em Salvador, Bahia, Agier (2011), destacou o significado de um bloco de carnaval e o significado político de sua expressão que é comunicada pelos membros do bloco Ilê Aiyê. “Cada ano, em Salvador da Bahia, no bairro negro e mestiço da Liberdade, a primeira saída para o carnaval do grupo negro Ilê Aiyê faz-se durante a noite de sábado anterior à terça-feira gorda” (AGIER, 2011, p.180). A partir da observação e da pesquisa etnográfica, o pesquisador francês narra como que certa população, num determinado local do Brasil, marcado pelo racismo e outras formas de exclusão manifestam a cultura e a política:

Uma parte dos membros da associação carnavalesca, vestida com o seu ar ‘africano’, os habitantes da rua (trabalhadores, desempregados, artesãos e pequenos comerciantes da economia ‘informal’), os adeptos do candomblé (o culto afro-brasileiro da Bahia), bem como os militantes da cultura afro-brasileira vindos de outros bairros, estudantes, professores, eleitos e militantes políticos mais ou menos contratados na luta antirracista misturam-se (AGIER, 2011, p.180).

Em sua abordagem, o antropólogo salienta que “ao contrário do espetáculo carnavalesco de outros cortejos da cidade (em que os participantes dançam e saltam ruidosamente), os participantes desse desfile não dançam, mas andam lentamente num ajuntamento denso, mas sem violência” (AGIER, 2011, p.180). Os participantes ouvem canções, percussões, entoam canções que as vezes falam de racismo e do orgulho de ser negro. Assim como o Ilê Aiyê, no Brasil, muitos dos chamados Clubes Sociais Negros, também, desenvolveram-se na manifestação festiva e política gerando movimentos políticos e culturais assim com o Ilê Aiyê foi um dos mobilizadores na década de 80 para a criação do Movimento Negro no Brasil.

Dentro dessa ideia de fazer uma antropologia da cidade, de pensar a cidade a partir da experiência que os cidadãos fazem dela é que se pretende abordar a Economia Solidária como um acontecimento formado por um processo de exclusão. Parte-se da ideia de que a Economia Solidária pode ser pensada como um movimento que se dirige no sentido de uma contra economia hegemônica na busca de alternativas de trabalho e geração de renda.

A Economia Solidária como espaço de resistência

Economia Solidária é uma expressão abrangente, de forma geral, refere-se ao processo econômico, social, político e cultural, que emergiu nas últimas décadas, na América Latina. Possui antecedentes históricos em experiências associativas como as comunidades indígenas, as comunas de agricultores ou as cooperativas operárias do século XIX. Os empreendimentos e cooperativas ligadas a Economia Solidária, não buscam funcionar de acordo com aspectos das empresas capitalistas, pois, elas

buscam criar condições em que os cooperados desenvolvam outras dimensões além do trabalho.

No Brasil esse movimento surgiu com força na década de 90. Essa época foi marcada por altos índices de desemprego. Esse cenário, também, ficou apontado pela onda de políticas neoliberais que se alastraram nos países latino-americanos. Diante da condição excludente, da pobreza, da miséria, do desemprego, alguns setores populares, junto aos trabalhadores desempregados, passaram a organizarem-se, recriando o trabalho associado em solos brasileiros.

A economia solidária resulta da organização de movimentos sociais que reagiram a crise de desemprego em massa, que tem seu início em 1981 e se agrava com a abertura do mercado interno às importações, a partir de 1990. Em 1991, tem início o apoio de assessores sindicais a operários que conseguem se apossar da massa falida da empresa que antes os empregava, formando uma cooperativa de produção que retoma as operações e assim 'salva' os postos de trabalho até então ameaçados de fechamento. Três anos depois, diversas empresas autogestionárias com esta origem fundam a Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias e de Participação Acionária (Anteag) (SINGER, 2000, p.25).

Essa maneira de auto-organização dos trabalhadores reuniu diversas iniciativas de empreendimentos, movimentos sociais e da Igreja Católica. Esse diverso conjunto de experiências ganhou o nome de Economia Solidária. Em essas iniciativas optam por formalizarem-se como uma Cooperativa ou uma Associação. As Sociedades Cooperativas estão reguladas pela Lei 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que definiu a Política Nacional de Cooperativismo e instituiu o regime jurídico das Cooperativas.

Cooperativa é uma associação de pessoas com interesses comuns, economicamente organizadas de forma democrática, isto é, contando com a participação livre de todos e respeitando direitos e deveres de cada um de seus cooperados, aos quais presta serviços, sem fins lucrativos (MONTEIRO et. all, 2013, p.211-212).

Ainda Monteiro (Ibidem), argumenta que existem muitos tipos de cooperativas, e que geralmente, estão divididas em três tipos: as de consumo, as de produção e as de crédito. As cooperativas de produção, tem como finalidade a comercialização de bens produzidos por seus membros. As cooperativas de consumo, possuem como finalidade comprar bens de consumo e revendê-los a seus associados a preços mais baratos que os do mercado. As cooperativas de crédito, concedem recursos financeiros aos seus associados. As cooperativas de serviço, prestam serviços como transporte de carga, abastecimento de água, distribuição de energia elétrica etc. Já Souza (2000), sobre as experiências ligadas a economia solidária argumenta que tais iniciativas variam na forma e no tamanho.

Há associações de pequenos produtores, sistemas de crédito solidário, cooperativas de consumo e de produção. A legislação ainda determina que uma cooperativa de trabalhadores deve ter no mínimo vinte membros, entretanto, há inúmeras pequenas unidades de produção, espalhadas pelo país, que se organizam de modo igualitário e democrático, como uma cooperativa autêntica, mas que não tem registro como tal (SOUZA, 2000, p.252).

Embora, em sua grande parte, a economia solidária, se expresse por meio das

cooperativas, essa não é a única forma de manifestação da economia solidária. Tal movimento vai além do corporativismo, abrangendo outras formas de organização econômica, embora, com a mesma orientação igualitária e democrática. Ou seja, são experiências baseadas em valores coletivistas, não individualistas. Esse é o caso, por exemplo, dos Clubes de Troca³ (SOUZA, 2003, p.38).

Sua ação é em primeiro lugar, formas de organização popular. Marcada por uma forma de organização social e econômica alternativa à forma capitalista, trazendo princípios do cooperativismo, inseridos no contexto capitalista do final do século XIX, a economia solidária, projeta-se como forma de resistência e amenizadora dos efeitos do sistema capitalista na vida do trabalhador. Nesse aspecto, Cunha (2003, p.46-47) ressalta que, muitos autores,

interpretam a economia solidária como forma de resistência dos setores populares à crise no mundo do trabalho e ao quadro de exclusão social. Entre eles, vários enxergam, além do caráter emergencial e imediato, também um potencial de transformação social e entendem a economia solidária não só como uma necessidade material, mas também como uma opção ideológica. Alguns argumentam inclusive que se trataria de economia alternativa ao modelo capitalista.

A mesma autora aponta que emergem duas dimensões do processo de consolidação das cooperativas: uma dimensão econômica, "enquanto atividades econômicas que garantam meios de vida aos seus integrantes" (Idem, p.47); e, uma dimensão política, "enquanto organizações coletivas onde prevaleçam práticas democráticas, cooperativas e autogestionárias entre os integrantes" (Ibidem). Tendo em vista a origem da expressão *economia solidária* ou *economia de solidariedade*, Cruz (2006), presume que o termo tenha surgido no cenário latino-americano em meados da década de 80. Cruz (2006) sugere que no texto intitulado: "Empresas de Trabajadores y Mercado Democrático" (1984), do sociólogo chileno Luis Razeto, tenha aparecido pela primeira vez, na América Latina, os termos "economia da solidariedade / economia solidária". Parafrazeando Razeto, Cruz (2006) salienta que a economia de solidariedade surge como reação as formas de exclusão da economia capitalista, "a exclusão social específica do tipo de evolução recente do sistema capitalista produziu uma "economia popular" que começava a dar lugar, por sua vez, a uma economia da solidariedade" (CRUZ, 2006, p.37). Na concepção de Razeto, Economia Solidária significa, "una búsqueda teórica y práctica de formas alternativas de hacer economía, basadas en la solidaridad y el trabajo" (RAZETO, 2010, p.47). Nesse sentido, a economia solidária postula um novo tipo de desenvolvimento, alternativo, integral a escala humana, sustentável, com ênfase no âmbito local.

Ao pesquisar acerca do significado do movimento de economia de solidariedade, projetado em vários países da América do Sul, Canadá e em alguns países da Europa, busca-se compreender esse campo de práticas e saberes que está implicado quando se fala em Economia Popular, Economia Social ou ainda, Economia Solidária. As diversas pesquisas realizadas no Brasil e em países do Conesul, afirma Gaiger (2014,

³ Os participantes dos clubes de troca são ao mesmo tempo, produtores e consumidores e visa fortalecer as relações comunitárias. "Os clubes de trocas reúnem moradores de uma comunidade para o intercâmbio de produtos, serviços ou saberes entre si. Cada grupo estabelece sua metodologia e os períodos de reuniões, que podem ser semanais, quinzenais ou mensais. O mercado de trocas conta com a figura dos "prosumidores", participantes que são ao mesmo tempo produtores e consumidores. As feiras promovem a cooperação porque são uma alternativa ao desemprego e criam benefícios para todos os integrantes. O sistema favorece ainda a cultura de consumo consciente e fortalece as relações comunitárias". Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/04/clubes-de-troca-negociam-produtos-e-servicos>>. Acesso dia 20 de outubro de 2015.

p.100),

conduziram a admitir a coexistência de uma pluralidade de significados: empreendimentos que primam pela solidariedade induzem ao envolvimento cotidiano dos seus membros, à socialização dos recursos produtivos e à adoção de princípios de equidade.

Essa forma de organização econômica é caracterizada como um conjunto de ações guiadas por três pilares: cooperação, autogestão e solidariedade. O ato de cooperar implica trabalho em conjunto, argumentam Jesus e Tiriba (2009, p.80), para eles, cooperar indica

um valor ético-político, resultante de uma visão de mundo e de ser humano que atribui ao sujeito coletivo a disposição, o empenho, a solidariedade, o compromisso de apoiar, de fazer com, de produzir com, de tomar parte de um empreendimento coletivo cujos resultados dependem da ação de cada um dos sujeitos ou instituições envolvidas.

Essa posição ético-política, apontados por Tiriba e Jesus (2009), move-se contra a hegemonia do capitalismo que configura suas relações não para o cooperativismo, mas para a competição. Direciona o trabalho humano apenas para o lucro, limitando o ser humano a sua atividade laboral. Através da inserção de princípios de solidariedade, cooperação e autogestão, a economia solidária procura firmar-se como uma forma de trabalho que leva em conta aspectos da vida, o cotidiano das relações, os valores de uma sociedade que busca mais a cooperação entre seus membros.

Tendo em vista a necessidade de garantia de renda e de afirmação no cenário nacional, os grupos de economia solidária organizam fóruns, momentos de formação, feiras, clubes de trocas, conferências estaduais e nacionais a fim de consolidarem-se enquanto rede de organização econômica e de trabalho. A diversidade, os valores e princípios propagados como a cooperação, a solidariedade e a autogestão são marcas que fazem da economia solidária uma forma de iniciativa popular diante da exclusão e da precariedade do trabalho.

A cidade é o espaço em que as cooperativas e empreendimentos realizam suas atividades tanto no campo da produção como de comercialização. Nessa perspectiva, entende-se que é preciso que os territórios da cidade sejam ocupados por essas iniciativas que visam uma construção social, econômica e política de inclusão da diversidade humana.

Um estudo de caso: a Teia Ecológica

Esta parte do artigo que trata de um estudo de caso com uma cooperativa localizada na cidade de Pelotas/RS, faz parte de uma dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade Católica de Pelotas em 2016. Realizou-se uma pesquisa qualitativa e propósito da pesquisa de campo foi o de explorar o cotidiano de trabalho numa cooperativa de Economia Solidária e verificar se a autogestão se manifestava nela e como que isso se dava. A técnica de estudo realizada com os cooperados foi a entrevista. As entrevistas individuais foram guiadas por um roteiro semiestruturado com questões abertas. Os nomes dos cooperados foram modificados para resguardar suas identidades, eles serão identificados por números. As pessoas escolhidas para serem entrevistadas foram sugeridas pela própria cooperativa. De maneira geral, os entrevistados se mostraram favoráveis em relação aos objetivos da pesquisa que é investigar sobre a autogestão na Cooperativa Teia Ecológica. Foram

entrevistados 6 cooperados que responderam questões acerca de sua participação na cooperativa, como chegou até lá, também se questionou acerca do funcionamento da autogestão e também sobre a história da cooperativa e sua reação com o movimento de economia solidária da região.

A Cooperativa Teia Ecológica é um restaurante vegetariano que está localizado na Praça Coronel Pedro Osório na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul. Sua criação se dá em 1997, mas, só em 2000 é que ela passou a existir formalmente como Cooperativa. Atualmente, possui 30 cooperados e o horário de atendimento ao público é das 11:30 às 14:30. Enquanto restaurante vegetariano, a Teia recebe alimentos cultivados sem agrotóxicos, que são produzidos por pequenos agricultores de acordo com as práticas da agroecologia⁴. Tal cooperativa, é uma organização econômica baseada no trabalho associado, na propriedade coletiva, na cooperação e na autogestão. Está ligada a Associação Regional de Produtores Agroecológicos da Região Sul, ARPA/SUL.

A proposta da Teia Ecológica é “dar um total aproveitamento aos alimentos trazidos pelos agricultores direto para a mesa do consumidor sem atravessador”⁵. Os cooperados acreditam que através dessa técnica de plantio, ela contribui para uma melhor a qualidade de vida das pessoas que consomem o alimento agroecológico. A preocupação da Teia também visa “construir uma rede de geração de emprego e renda e consumo consciente (...)” (Ibidem). A Teia Ecológica faz parte da Associação “Bem da Terra”. O grupo Bem da Terra define-se como:

uma rede de empreendimentos econômicos solidários. Seu objetivo é desenvolver a economia solidária na micro-região sul do Rio Grande do Sul, através da difusão dos princípios e práticas do comércio justo e do consumo solidário, da construção de estruturas de comercialização compartilhadas entre os empreendimentos e da realização de projetos e programas de formação e assessoramento para os coletivos de produção⁶.

Atualmente, o Bem da Terra reúne mais de 30 empreendimentos associados de várias localidades, como Pelotas, Canguçu, Capão do Leão, Pedras Altas, Morro Redondo, etc. Além dos empreendimentos associados, também existem as entidades apoiadoras como as universidades Católica (UCPel) e Federal (UFPEL) da cidade de Pelotas. A rede Bem da Terra reúne-se mensalmente.

Dela participam representantes dos empreendimentos, dos apoiadores e de outros parceiros. A organização da reunião (agendamento e pauta) é feita pela coordenação da Associação, que é a mesma coordenação da Rede. As decisões são tomadas preferencialmente por consenso. Se algo precisa ser votado, valem as regras de votação previstas no estatuto da Associação Bem da Terra⁷.

A comercialização dos produtos, ocorre nas feiras, que, acontecem no saguão da

4 “Na agroecologia a agricultura é vista como um sistema vivo e complexo, inserida na natureza rica em diversidade, vários tipos de plantas, animais, micro-organismos, minerais e infinitas formas de relação entre estes e outros habitantes do planeta terra. Assim, é possível estabelecer uma aliança entre consumidores e produtores que seja socialmente justa”. Disponível em: <<https://teiaecologica.wordpress.com/2011/09/22/38/>>.

5 Disponível em: <<https://teiaecologica.wordpress.com/2011/09/22/38/>>.

6 Bem da Terra. In: <<http://bemdaterra.org/content/bem-da-terra/>>.

7 Disponível em: <<http://bemdaterra.org/bem-da-terra/funcionamento/>>.

UCPel e no saguão do Instituto Federal Sul-Riograndense. Entre as cooperativas que fazem parte do Bem da Terra encontra-se a Teia Ecológica.

As questões feitas aos cooperados abordavam: a história da Teia; o tempo de atuação na cooperativa; como o cooperado se sentia trabalhando numa cooperativa; se a pessoa já havia trabalhado para alguma empresa e se percebia alguma diferença entre cooperativa e empresa convencional; como era o cotidiano de trabalho; como a pessoa se sentia em relação ao grupo; se existia a figura de líder na cooperativa, se era necessário ter um líder; o que o cooperado entende sobre autogestão.

Sobre a história da Teia Ecológica o entrevistado 1 conta que, no início da cooperativa, em torno do ano de 1995, começaram as feiras ecológicas na cidade de Pelotas. Os agricultores

faziam as feiras e sobrava muito produto e não tinha onde comercializar. Tinha muitos consumidores aqui, urbanos, que precisavam ter lugar pra comprar, que não fosse só nas feiras né, que era uma vez por semana (Entrevistado 1, 2015).

Nesse sentido, criou-se um grupo urbano, incluindo algumas pessoas do meio rural e outras, da cidade. O objetivo era pensar uma ideia para a comercialização de produtos ecológicos. Esse grupo era composto por três categorias de sócio: “urbano, trabalhador rural e o produtor, daí se fundou a cooperativa” (Entrevistado 1, 2015). A mesma pessoa disse que até o ano 2000, esse grupo trabalhou como cooperativa, porém, não existindo legalmente enquanto tal. Portanto, a Teia Ecológica só passou a existir como cooperativa legal a partir do ano 2000. De 1996 a 2000 existia um grupo de pessoas que “trabalhavam por si como se fosse [uma cooperativa]” (Entrevistado 1, 2015). Nota-se, a partir da fala do entrevistado 1, que já havia um sentimento de coletividade no trabalho desenvolvido por esse grupo de pessoas que se reuniam em torno da ideia da agroecologia. Eles sentiam-se parte de uma atividade realizada a partir do empenho de todos onde não havia uma hierarquia de funções. Nessa época relata o entrevistado, iniciava-se a trabalhar na forma de restaurante.

O entrevistado 3, também está na cooperativa desde sua fundação. Ele ressaltou que no começo, haviam “sete ou oito produtores. Eram poucos, mas depois foi aumentando” (Entrevistado 3, 2015). Questionado se naquela época, já se ouvia falar de Economia Solidária, o entrevistado negou a questão. Mas, “se falava em cooperativismo, a palavra era cooperativismo” (Entrevistado 3, 2015) explica. A adesão à cooperativa do entrevistado 3 se deu devido a chance que este teve de trabalhar com produtos orgânicos. “Até porque eu trabalho com produtos orgânicos, vendo produtos orgânicos e desde a época eu já estava interessada nessa área...” (Entrevistado 3, 2015). Essa mesma pessoa relatou como que se deu a evolução na Teia Ecológica. No início, diz ele,

deu muito problema até pra ajustar e se trabalhar pessoas com ideias diferentes, cada um com sua linha de trabalho, mas depois que a gente começou a se organizar, discutir os problemas, porque que existia, como sanar eles... aí foi dando certo. Aqui não se tem gerente, se tem um coordenador e a gente vai trabalhando né conforme (...) cada um sabe o que que tem que fazer (Entrevistado 3, 2015).

Mesmo que seja difícil iniciar uma cooperativa, a partir do relato da pessoa entrevistada, notou-se que, a solidariedade que existe entre os associados, fez com que o projeto da Teia Ecológica como cooperativa fosse se concretizando aos poucos. Nos anos 90, quando surgiu a Teia, diz o entrevistado 4, não se ouvia falar tanto em Economia

Solidária. A Teia foi o primeiro restaurante orgânico de Pelotas, na época, a questão da agroecologia representou “mais um grupo de pessoas com ideias comuns, essa questão de agroecologia” (Entrevistado 4, 2015). Portanto, o início da cooperativa foi marcado pela causa agroecológica. Só mais tarde é que a Economia Solidária foi ganhando espaço entre os cooperados.

Um dos pontos de ligação entre a Teia e a Economia Solidária se deu por meio do Bem da Terra. O entrevistado 3 se recorda de sua participação nas primeiras reuniões do Grupo Bem da Terra em Pelotas. A Teia começou a participar das reuniões a uns cinco anos atrás diz o entrevistado.

A gente levava os produtos e vendia para os outros. A única coisa que a gente não deu continuidade, a gente não queria parar, a gente tinha uma tenda lá, a gente não queria parar aquilo, o problema é que a gente não teve perna nem tempo, a gente tá pensando em começar de novo (Entrevistado 3, 2015).

Participar das reuniões formativas organizadas pelo Bem da Terra era algo muito produtivo para os cooperados da Teia, lembra o entrevistado 3. Pois, embora, não eram todos que participavam das reuniões, quando as pessoas envolvidas voltavam para a cooperativa encontravam algum meio de passar o assunto tratado sobre a formação dada, seja através do diálogo ou nas reuniões da própria cooperativa. O entrevistado 6 foi uma das pessoas que participava das reuniões do Bem da Terra. Agora, diz ele, não se participa das reuniões com a mesma frequência que antes, pois, “a gente não tem gente, já teve mais gente aqui na Teia (...)” (Entrevistado 6, 2015).

Ao ser questionado se já tinha ouvido falar em Economia Solidária, o entrevistado 5, disse que se tratava de cooperativismo. A Economia Solidária significa

através do cooperativismo tentar ajudar o próximo, ajudar os pequenos agricultores, as famílias que não tem como... a sustentabilidade então eu acho que aí vai tendo projeto e esses projetos vai ajudando aqueles grupos que mais precisam (...) (Entrevistado 5, 2015).

Vale dizer, também, que o entrevistado 5 ingressou na cooperativa devido a um estágio que foi fazer na Teia. Acabou gostando do trabalho em grupo e permaneceu na Teia, já faz 12 anos que o entrevistado 5 está na Teia Ecológica.

Sobre a organização da cooperativa, o entrevistado 1 disse que ela está dividida em setores: “setor da cozinha, o setor do salão e o setor financeiro” (Entrevistado 1, 2015). Embora, esteja dividida em setores, todos os entrevistados disseram que existe uma solidariedade entre os trabalhadores, pois, mesmo que cada um tenha uma função específica, existe uma ajuda entre os cooperados e ela é feita através do diálogo e da troca de funções quando necessário.

O entrevistado 4 relatou que ingressou na cooperativa por causa da família, na época, se recorda “a Teia recém estava sendo formada” (Entrevistado 4, 2015). Como pode ser visto, o cooperado salienta a importância da responsabilidade das pessoas envolvidas na cooperativa com o trabalho comum:

eu fui mais pela minha família né, hoje eu vejo que é super importante que a gente pode construir algo junto sem ter um chefe mandando e te comandando e, aqui a gente tem responsabilidade é uma cooperativa e tu encara diferente, por que é algo teu também (Entrevistado 4, 2015).

Quando perguntado sobre como acontecia o trabalho na cooperativa, o entrevistado 4 falou que se sentia feliz, “já tive outras experiências e é diferente trabalhar em cooperativa, tem mais liberdade, a pessoa cria mais responsabilidade porque depende de ti (...)” (Entrevistado 4, 2015). Em relação as diferenças entre uma empresa convencional e uma cooperativa, a mesma pessoa analisou que,

quando tu trabalha num lugar convencional, em comércio aí tu fica esperando ser mandada, se tu não faz e o patrão não vê, não tem problema né, então aqui a gente se sente diferente (Entrevistado 4, 2015).

Nota-se na fala acima o sentimento de pertença em relação ao trabalho desenvolvido na cooperativa que não é vista pelo entrevistado como uma empresa de outrem, mas um lugar que pertence a ela mesma. Em relação a isso, também, é preciso falar que a iniciativa dos cooperados em relação a suas funções, mas não só a elas, pois, a atenção com o que está se passando com o todo da cooperativa também foi um ponto importante levantado por este entrevistado.

O ideal em uma cooperativa é agente saber um pouco de tudo dentro da cooperativa, de todos os setores né, pra quando tem algum problema ou falta alguém, tu poder substituir essa pessoa (Entrevistado 4, 2015).

Ao contrário de uma cooperativa, comentou o entrevistado 2, numa empresa convencional, “tu vai lá executa tua tarefa, se fez, fez, e se deu errado o problema não é meu, é problema do patrão. Então eu acho que é diferente. Se valoriza mais o serviço em uma cooperativa” (Entrevistado 2, 2015).

A autogestão também se faz quando os cooperados expõem suas ideias sobre o que pensam. Nesse sentido, o espaço reservado para as reuniões em grupo, são extremamente importantes para os empreendimentos que se propõem a oferecer outra dinâmica para o trabalho, como são os trabalhos associados, os coletivos e as cooperativas. Existe um dia da semana onde os cooperados da Teia se reúnem e onde são realizadas discussões acerca dos assuntos relativos à cooperativa, também é feita uma avaliação, com votação nessas reuniões quando necessário. “Se tem uma votação né pra colocar um novo diretor, ou uma nova pessoa que faça parte do grupo, senão é só a gente discutir os problemas existentes” (Entrevistado 3, 2015). A participação dos cooperados nas reuniões é confirmada pelo entrevistado 1 que mencionou que existe participação de todos nas decisões pois elas implicam em interesses da cooperativa. Independente da função, todos os trabalhadores possuem voz, todos têm vez.

Nesse estudo de caso, verificou-se que a cooperativa é um empreendimento em processo. Isso significa dizer que, na prática, existem pontos que não deixam em evidência o quanto uma cooperativa se distingue de uma empresa convencional. Em relação a isso cabe dizer que tratasse de um processo em construção e que alguns cooperados da Teia apontaram que é preciso ter conhecimento sobre os valores e o modo de funcionar uma cooperativa de economia solidária. Para isso, é imprescindível a participação das pessoas envolvidas com a economia solidária em fóruns, assembleias mensais, anuais, reuniões deliberativas, e informais do dia-a-dia.

Considerações Finais

Paralelamente à ideia de cidade que o modelo europeu ocidental desenvolveu e que se tornou referência hegemônica, Agier (2011), lança a ideia de uma descentralização desse conceito de cidade. Para isso ele propõe uma cidade feita através do olhar antropológico, isso significa, a cidade produzida pelo cidadão, àquele que habita os espaços urbanos. O autor destaca o que acontece nas margens, nas periferias e enfatiza que a construção da cidade também se faz nesses espaços, e nessa óptica, a cidade deixa de ser um espaço-objeto, para se tornar o espaço-sujeito. Agier (2011), demonstra a partir de suas pesquisas que a privação que certas populações enfrentam, além da exclusão enfrentada por vários grupos sociais não intimidam esses grupos sociais. Ao contrário, nesses espaços em que esses grupos ocupam existe também uma cidade sendo produzida e transformada no seu aspecto relacional.

A aproximação da imagem de cidade enquanto compreendida como espaço e lugar produzidos pelas diferenças e pela complexidade cultural e a proposta da economia solidária, que em seus empreendimentos e cooperativas, busca criar formas de trabalho a partir de uma visão de sociedade mais justa, solidária e sustentável. Argumenta-se que as cooperativas e empreendimentos de economia solidária vão ao encontro da visão de cidade sugerida por Agier, como “lugares estratégicos para pensar a cultura em termos de uma organização da diversidade” (2011, p.33-34).

Tendo em vista a garantia de renda e a exposição dos trabalhos realizados pelas cooperativas e empreendimentos, esses grupos ocupam espaços na cidade evidenciando suas atividades. Ao realizar suas atividades e, não possuindo espaços centrais como as empresas convencionais, as feiras como as do Bem da Terra, as cooperativas e os empreendimentos ocupam espaços criando novas possibilidades para que as pessoas possam ter outras escolhas em relação aos produtos que buscam. Ao visar uma produção mais saudável, isto é, que leve em conta o meio-ambiente, enquanto corpo-orgânico; e que também pensa as pessoas não por sua funcionalidade ou por serem concorrentes na empresa, mas por serem seres vivos que possuem dignidade e que também necessitam do trabalho, as cooperativas projetam uma sociedade mais justa e menos desigual. Nesse viés, vale destacar também o caso da cooperativa Teia Ecológica.

Através de entrevistas realizadas, verificou-se que, embora as cooperativas não sejam protótipos ideais e perfeitos, elas buscam funcionar de maneira diferente às empresas capitalistas convencionais. Ao proporcionar um restaurante com produtos da agroecologia, a Teia Ecológica resiste diante da dominação do mercado mundial que é feita pela produção massiva de alimentos que produzidos com agrotóxico. Constatou-se também, através do estudo de caso que, algumas pessoas sabem do que se trata numa cooperativa, que ela não é, e não pode ser encarada como uma empresa convencional. Pois, se espera que, numa cooperativa, haja condições para que o trabalho se realize baseado também na cooperação, na autogestão e na solidariedade. Assim como a Economia Solidária deu um salto nos anos 90 como forma de reação popular diante dos altos índices de desemprego que se alastrou pelo país, existem outros fatores como a precariedade do trabalho e o próprio desemprego que voltou a atingir altos índices na população, a resistência de grupos sociais também se faz em fatores simbólicos e culturais como demonstraram as pesquisas de Agier. Nesse viés há uma linguagem comum entre a perspectiva da economia solidária e a cidade viva que se constrói da exclusão e do encontro, da diversidade que forma a cidade.

As diferentes relações entre gêneros, idades, culturas e etnias que fazem a cidade podem encontrar sintonia com a proposta da Economia Solidária que é composta de uma heterogeneidade nas relações de trabalho e que traz em sua filosofia um horizonte

em que as relações humanas sejam baseadas na solidariedade e na cooperação.

Referências bibliográficas

AGIER, Michel. *Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos*. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.

BEM DA TERRA. Disponível em: <<http://bemdaterra.org/content/bem-da-terra/>>. Acesso dia 9 de junho de 2017.

CRUZ, Antônio Carlos Martins da. *A diferença da igualdade: a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul*. 2006, (Tese de Doutorado). Disponível em: <http://antares.ucpel.tche.br/nesic/teseantoniocruz.pdf>.

CUNHA, Gabriela Cavalcanti. Dimensões da luta política nas práticas de economia solidária. In: *Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária*. SOUZA, André Ricardo de; CUNHA, Gabriela Cavalcanti; DAKUZAKU, Regina Yoneko (org.). São Paulo: Contexto, 2003.

GAIGER, Luiz Inácio. *Conhecer globalmente: um desafio inadiável dos estudos sobre a Economia Solidária*. Outra Economia: Revista Latinoamericana de Economia Social e Solidária. Vol.8, nº 14. São Leopoldo: UNISINOS, 2014. p.99-111. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/outraeconomia/article/view/outra.2014.814.09/4156>>.

JESUS, Paulo de; TIRIBA, Lia. Cooperação IN: CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; HESPANHA, Pedro. *Dicionário Internacional da Outra Economia*. 2009. Disponível em: <<http://www.jornaldomauss.org/periodico/wp-content/uploads/2009/06/dicionario-internacional-da-outra-economia.pdf>>.

MARX, KARL. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004

MARICATO, Ermínia. *Metrópole, legislação e desigualdade*. Revista Estudos Avançados. Vol. 17, nº 48. São Paulo, mai/ago. 2003. (pp.151-165). Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000200013>. Acesso dia 14 de agosto de 2017.

MONTEIRO, Filipe Jordão; SAQUELLI, Gabriela; CASTRO, Maria Emília Rodrigues de; GROSCHITZ, Marina; MOYA, Rafael Duarte. *Considerações sobre a formalização de empreendimentos econômicos solidários: os casos da Associação de Mulheres Agroecológicas, da Cooperativa Bom Sucesso e da Cooperativa União*. In: Incubadora Tecnológica de Cooperativas (ITCP) (org.). Coletiva II: Sistematizações sobre a prática autogestionária. Campinas, SP: Unicamp: IE, 2013.

RAZETO, Luiz M. *¿Qué es la economía solidaria?* In: Revista Papeles de relaciones ecosociales y cambio global. nº 110 Madrid, 2010. p. 47-52. Disponível em: http://base.socioeco.org/docs/que_es_la_economia_solidaria_l.razeto.pdf.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal* 19.ed. Rio de Janeiro, Record: 2010.

SINGER, Paul. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (org.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

SOUZA, André Ricardo de. Os empreendimentos comunitários de São Paulo. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (org.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

SOUZA, André Ricardo de. Economia solidária: um movimento nascente da crise do trabalho. In: SOUZA, André Ricardo de; CUNHA, Gabriela Cavalcanti; DAKUZAKU, Regina Yoneko (org.). *Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária*. São Paulo: Contexto, 2003.

TEIA ECOLÓGICA. Disponível em: <<https://teiaecologica.wordpress.com/2011/09/22/38/>>.